

## CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP

## Termo de Referência 50/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
50/2025	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	DOUGLAS MARCELO DA SILVA	15/09/2025 12:03 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		47/2025

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de placas de homenagem confeccionadas em aço inox escovado, com serigrafia de até 4 (quatro) cores, personalizadas conforme arte a ser fornecida pela Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, com gravação por corrosão e acompanhadas de estojo de veludo no modelo capa de livro, nas cores preta ou azul marinho, dimensões 15 x 20 cm, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p><b>Placa de homenagem</b></p> <p>Material Placa: Aço Inox Escovado</p> <p>Comprimento Placa: 20 CM</p> <p>Largura Da Placa: 15 CM</p> <p>Material Estojo: Estojo Auto-Expositor Aveludado</p> <p>Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão, personalização por corrosão, serigrafia de até 4 cores, com estojo em veludo (capa de livro – preto ou azul marinho). A arte e informações (nomes e dados dos homenageados) serão fornecidas pelo órgão contratante.</p>	618630	UN	40	R\$ 183,20	R\$ 7.328,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa constante neste documento.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de entrega do objeto será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da nota de empenho.
- 1.5. O contrato terá vigência limitada ao período necessário para a entrega e aceitação definitiva das placas, observados os prazos legais.
- 1.5.1. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à vigência da contratação.
- 1.6. Em anexo, consta foto para melhor descrever o item solicitado.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A presente contratação tem por objetivo a confecção de placas de homenagem em aço inox escovado, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, destinadas ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé em solenidades e eventos institucionais.
- 2.2. A quantidade de 40 (quarenta) unidades foi definida com base na demanda estimada pelo órgão contratante, considerando a realização de homenagens previstas no exercício.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/2025.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A solução consiste na aquisição de 40 (quarenta) placas de homenagem confeccionadas em aço inox escovado, com dimensões de 15 x 20 cm, personalizadas por gravação com corrosão e serigrafia de até 4 (quatro) cores, acompanhadas de estojos em veludo no modelo capa de livro, nas cores preta ou azul marinho.
- 3.2. A arte gráfica, contendo layout, nomes dos homenageados e demais informações, será fornecida pela Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, cabendo à contratada a fiel reprodução nas placas, em conformidade com as especificações estabelecidas.
- 3.3. A entrega deverá ocorrer de forma integral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, instrumento que formalizará a contratação.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade já considerados na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.1.1. utilização de materiais de alta durabilidade (aço inox escovado) e acabamento resistente, de forma a garantir maior vida útil ao produto;

4.1.2. priorização de processos produtivos que reduzam resíduos, em especial no uso da serigrafia e gravação;

4.1.3. fornecimento dos estojos em veludo com acabamento reforçado, possibilitando a reutilização e preservação das placas.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Não será admitida a indicação de marcas, cabendo à contratada fornecer o objeto de acordo com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

#### **Da exigência de amostra**

4.3. Havendo aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar 1 (uma) amostra da placa com estojo, de acordo com as especificações estabelecidas.

4.4. A amostra deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação no sistema.

4.5. Serão avaliados:

4.5.1. a fidelidade do material (aço inox escovado);

4.5.2. a qualidade do acabamento da gravação por corrosão e serigrafia;

4.5.3. a qualidade e acabamento do estojo em veludo (modelo capa de livro).

4.6. O não atendimento às exigências acarretará a recusa da proposta.

#### **Subcontratação**

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### **Garantia da contratação**

4.8. Não será exigida garantia de execução da contratação, considerando tratar-se de fornecimento por entrega única, formalizado por Nota de Empenho e de valor compatível.

#### **Exclusividade ME/EPP**

4.9. A presente contratação será realizada em regime de exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

#### **Margem de preferência**

4.10. Não se aplica margem de preferência ao objeto desta contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega do objeto será de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a contratada deverá comunicar, formalmente, as razões com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, para que eventual pleito de prorrogação seja analisado pela Administração, ressalvados os casos de força maior e caso fortuito.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé – Rua Bom Jesus, nº 145, Centro Tremembé/SP – CEP: 12120-029, no horário das 08h às 17h, em dias úteis.

### **Garantia**

5.4. O prazo de garantia do objeto será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1. A execução da contratação deverá observar fielmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, cabendo à contratada responder integralmente pelas consequências da inexecução total ou parcial.**

6.2. Todas as comunicações entre a Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé e a contratada deverão ser realizadas por escrito, admitido o uso de mensagem eletrônica quando couber.

### **Fiscalização**

6.3. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, doravante denominado fiscal da contratação.

6.4. Compete ao fiscal da contratação:

- 6.4.1. acompanhar o cumprimento das especificações técnicas do objeto;
- 6.4.2. registrar eventuais ocorrências relacionadas à entrega;
- 6.4.3. notificar a contratada para correção de eventuais falhas no prazo assinalado;
- 6.4.4. comunicar à autoridade superior situações que ultrapassem sua competência.

6.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de imperfeições técnicas, uso de material inadequado ou de qualidade inferior.

### **Gestão da contratação**

6.6. Caberá ao gestor da contratação:

- 6.6.1. coordenar o processo de acompanhamento da execução;
- 6.6.2. consolidar os registros do fiscal;
- 6.6.3. atestar a conformidade da entrega para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- 6.6.4. adotar providências em caso de descumprimento, inclusive para aplicação de penalidades, quando cabível.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução total ou parcial da entrega do objeto da contratação;
- b) retardar a execução ou entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, inclusive atraso na entrega de amostras quando exigidas;
- c) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- d) praticar ato fraudulento ou comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) deixar de atender às exigências deste Termo de Referência, compromissos assumidos na proposta ou nas condições do contrato/Nota de Empenho.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do objeto ou infrações leves, sem prejuízo de outras sanções mais severas, caso a situação assim o justifique;

7.2.2. Multa moratória, para os casos de atraso injustificado na entrega do objeto ou na reposição de amostras:

7.2.2.1. 0,5% (meio por cento) do valor do objeto contratado por dia de atraso, limitada a 10 (dez) dias;

7.2.2.2. Decorrido o prazo máximo de 10 (dez) dias de atraso, a Administração poderá considerar o contrato ou Nota de Empenho rescindido por descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

7.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando ocorrer inexecução total do objeto ou infração grave prevista nos itens 7.1.c, 7.1.d, 7.1.e, sem prejuízo da aplicação das demais sanções;

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos casos de atos fraudulentos, falsidade documental, comportamento inidôneo grave ou prática de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, observando o devido processo administrativo;

7.2.5. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e não eximem o Contratado da obrigação de reparação integral de eventuais prejuízos causados à Administração.

7.3. Antes da aplicação de qualquer sanção, será assegurado ao Contratado o direito de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação formal da Administração.

7.4. O Contratado deverá cumprir todas as sanções e multas aplicadas dentro do prazo fixado na comunicação da autoridade competente. Caso o valor da multa exceda o pagamento devido pelo Contratante, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções será formalizada por processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, inclusive para as penalidades de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade.

7.6. Para fins de ampla defesa, as notificações serão enviadas eletronicamente aos endereços de e-mail informados na proposta comercial ou cadastrados no SICAF, sendo considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações enviadas.

7.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.7.1. a natureza e gravidade da infração cometida;

7.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.7.4. os danos que dela provierem à Administração;

7.7.5. a existência ou não de programa de integridade ou medidas de governança adotadas pelo Contratado, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitação e contratos que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados conjuntamente, nos mesmos autos, observando-se o rito procedimental e autoridade competente definidos na legislação.

7.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos neste Termo de Referência, estendendo-se todos os efeitos das sanções aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresas coligadas ou controladas, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

7.10. O Contratante manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como no SICAF, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da aplicação da penalidade.

7.11. As sanções de impedimento de licitar e declarar inidôneo para contratar são passíveis de reabilitação conforme o art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

7.12. Os débitos do Contratado resultantes de multas administrativas ou indenizações poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo mesmo órgão, decorrentes deste ou de outros contratos administrativos celebrados com o mesmo Contratante, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, a contar da verificação da qualidade e quantidade do material, mediante termo detalhado.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5. Todas as atividades relacionadas e necessárias para o uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, conforme art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.7. Para liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou instrumento equivalente apresenta os elementos essenciais: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão contratante, período de execução, valor a pagar e retenções tributárias cabíveis.

8.8. Havendo erro ou irregularidade, a liquidação ficará sobrestada até que o Contratado regularize a situação, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização.

8.9. A nota fiscal ou instrumento equivalente deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, preferencialmente via SICAF, ou, na impossibilidade, por meio de documentação oficial.

### **Pagamento**

8.10. O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da liquidação da despesa, por boleto bancário ou transferência, para os dados indicados pelo Contratado.

8.11. Considera-se data do pagamento o dia de emissão do boleto bancário ou efetivação da transferência.

### **Antecipação de pagamento**

8.12. Não será prevista antecipação de pagamento nesta contratação.

### **Cessão de crédito**

8.13. A cessão de crédito não será aplicável, permanecendo a obrigação de pagamento diretamente ao Contratado.

8.14. Para fins de observância legal, caso haja necessidade futura de cessão de crédito, a eficácia dependerá de prévia aprovação do Contratante e formalização de termo aditivo, respeitando-se a regularidade fiscal do cessionário.

### **Reajuste**

8.15. Não haverá reajuste de preços nesta contratação, considerando-se o pagamento integral único.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base na justificativa de que se trata de contratação cujo valor não ultrapassa o limite legal para dispensa de licitação, e que atende ao interesse público na celeridade e economicidade do procedimento.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. O preço proposto será considerado aceitável quando compatível com os valores de mercado para bens ou serviços equivalentes, atendendo ao princípio da economicidade e do interesse público.

### **Exigências de habilitação**

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente válido em todo o território nacional.

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.6. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, autenticidade verificável no portal gov.br.

9.7. Sociedade empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de documentos dos administradores.

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial local.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de documento comprobatório dos administradores.

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade: inscrição da filial, sucursal ou agência no Registro Civil ou no Registro Público, com averbação na matriz.

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social e registro de aprovação em assembleia, conforme a Lei nº 5.764/1971.

9.12. Ato de autorização para exercício da atividade específica, expedido pelo órgão competente, quando exigido por lei.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso.

9.14. Regularidade com a Fazenda Federal;

9.15. Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;

9.16. Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;

9.17. Regularidade com o FGTS.

9.18. Certidão de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho.

9.19. Inscrição e regularidade fiscal estadual ou distrital, conforme o domicílio ou sede do fornecedor.

9.20. Fornecedores MEI estão dispensados da prova de inscrição estadual e municipal.

### **Qualificação econômico-financeira**

9.21. Em razão do baixo valor e simplicidade do objeto, não se exigirá comprovação de índices econômicos (Liquidez, Solvência, Capital ou Patrimônio Mínimo).

### **Qualificação técnica**

9.22. Em razão da natureza simples do objeto desta contratação, do fornecimento integral e do baixo risco envolvido, não será exigida comprovação de qualificação técnica do fornecedor.

9.23. Para fins formais, permanece registrada a possibilidade de apresentação de atestados ou registros profissionais, caso existam, mas sua apresentação não será condicionante para habilitação ou participação no procedimento, servindo apenas para referência adicional sobre experiência prévia do fornecedor.

9.24. A dispensa de comprovação técnica não exime o fornecedor da responsabilidade pelo fiel cumprimento do objeto, nem pela qualidade e conformidade dos bens fornecidos, que serão aferidos no momento do recebimento provisório e definitivo.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.25. Empresas estrangeiras apresentarão documentos equivalentes, traduzidos e apostilados ou consularizados conforme legislação vigente.

9.26. Não serão aceitos documentos com CNPJ ou CPF divergentes, salvo os legalmente permitidos.

9.27. Todos os documentos devem estar atualizados e acompanhados de alterações ou consolidações necessárias.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.328,00 (sete mil, trezentos e vinte e oito reais)**, conforme custos unitários indicados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.
- 10.2. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.
- 10.3. A estimativa de preços para a presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 2021.
- 10.4. O presente Termo de Referência será acompanhado do respectivo Relatório de Pesquisa de Preços, contendo as informações necessárias à demonstração da compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado, condição indispensável para a formalização da adequação orçamentária e prosseguimento do processo licitatório.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1 A presente contratação onerará da seguinte dotação orçamentária, para este exercício:

02 – PODER LEGISLATIVO

ÓRGÃO.....: 51 GABINETE DA PRESIDENCIA

UNIDADE.....: 01 GABINETE DA PRESIDENCIA

- 01.031.0070.2148      Manutenção das Atividades Relacionadas ao Presidente
- 3.3.90.39.00            Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
- 3.3.90.39.23            Festividades e Homenagens

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Tremembé, 03 de Setembro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceite pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, na Autorização de Contratação Direta, no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato ou documento equivalente terá vigência limitada ao período necessário para a entrega e aceitação definitiva das placas, observados os prazos legais.

2.2. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado com declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

3.1.3. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou irregularidades, fixando prazo para correção;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual;

3.1.5. Efetuar o pagamento conforme previsto;

3.1.6. Aplicar sanções previstas na legislação e neste Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União quando necessário;

3.1.8. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, admitida prorrogação motivada por igual período;

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**;

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto a descumprimento contratual.

3.2. A Administração não se responsabiliza por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos do Contratado ou de seus empregados.

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir integralmente o Termo de Referência e assumir os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo, entre outras:

- 4.1.1. Entregar os bens em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- 4.1.2. Responder por vícios, defeitos e danos, conforme o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante eventuais atrasos ou dificuldades na execução, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- 4.1.4. Atender às determinações do fiscal ou gestor da contratação;
- 4.1.5. Reparar ou substituir, às suas expensas, os bens que apresentarem vícios ou defeitos;
- 4.1.6. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- 4.1.7. Apresentar, sempre que solicitado e não verificável via SICAF, documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- 4.1.8. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência da contratação;
- 4.1.9. Cumprir todas as obrigações legais, inclusive de natureza fiscal, trabalhista e comercial;
- 4.1.10. Guardar sigilo sobre informações e artes gráficas fornecidas pelo Contratante para a execução do objeto;
- 4.1.11. Arcar com eventuais equívocos de dimensionamento ou especificação da proposta apresentada, exceto nos casos previstos no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta ao cumprimento das obrigações de ambas as partes ou ao término do prazo estipulado.
- 5.2. A Administração poderá extinguir antecipadamente a contratação sem ônus, caso não haja créditos orçamentários ou a contratação não ofereça vantagem, observando notificação mínima de **2 (dois) meses** de antecedência da data de aniversário da contratação.
- 5.3. A extinção não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro e eventual indenização.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta caso se constate vínculo impróprio do Contratado com dirigentes, agentes públicos ou parentes até terceiro grau.

## 6. CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante conforme a Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, conforme o Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais de contratos.

## 7. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 7.1. As alterações obedecerão aos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. O Contratado deverá aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial.
- 7.3. Supressões consensuais podem exceder 25%.
- 7.4. Alterações deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, submetido à aprovação jurídica, salvo urgência, com prazo máximo de 1 mês.
- 7.5. Registros não caracterizando alterações podem ser realizados por apostila, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

## 8. FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Justiça da cidade de Tremembé, para dirimir litígios não solucionáveis por conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Tremembé - SP, ..... de ..... de 2025.

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIANA LOPES HOHMANN CLARO**

Agente de contratação

## **DOUGLAS MARCELO DA SILVA**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Placa Escolhida.png (500.68 KB)